

Todo sólido, todo gás e todo líquido: O enfrentamento à pandemia em terras indígenas em Rondônia

All solid, all gas and all liquid: confronting the pandemic in indigenous lands in Rondônia

DOI:10.34117/bjdv7n6-244

Recebimento dos originais: 11/05/2021

Aceitação para publicação: 11/06/2021

Nathalia Maria Gonzaga de Azevedo Accioly

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)

Faculdade de Direito da UFF, Laboratório de Justiça Ambiental, Rua Tiradentes 17, 3º andar, Ingá, Niterói RJ, CEP 24210-510

E-mail: acciolynathalia@gmail.com

Wilson Madeira Filho

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF

Faculdade de Direito da UFF, Laboratório de Justiça Ambiental, Rua Tiradentes 17, 3º andar, Ingá, Niterói RJ, CEP 24210-510

E-mail: wilsonmadeirafilho@hotmail.com

RESUMO

A partir de uma entrevista com uma jovem liderança karitiana, o presente trabalho contrapõe um fragmento de uma cultura indígena que quase chegou à extinção e macromodelos políticos e tardo-ideológicos etnofóbicos. Nesse sentido, o atual Presidente da República prometeu que não haveria “um centímetro a mais para demarcação”, referindo-se às disputas e conflitos em terras indígenas. Com algumas medidas, essa política desestrutural vem sendo aplicada, com Projetos de Lei que permitem a exploração econômica das terras indígenas e com a nomeação para instituições governamentais de pessoas ideologicamente contrárias aos princípios constitucionais de defesa destes povos. Com a ocorrência da pandemia, estes processos entraram em aceleração. A inação do Governo Federal no enfrentamento ao COVID-19 dentro das terras indígenas as colocou em risco iminente, sobretudo pela maior vulnerabilidade desses povos aos contágios. No Estado de Rondônia, as primeiras vítimas indígenas desta doença foram lideranças karitianas, cujos rituais fúnebres exigem especificidades culturais, em certa medida destoantes dos protocolos sanitários específicos. Estava marcado o conflito, onde uma política de desconsideração identitária e a ausência de especificidades sanitárias ameaçou se transformar em eventual etnocídio e em potencial genocídio.

Palavras-Chave: Coronavírus, Populações Indígenas, Karitianas, Conflitos Socioambientais, Rituais Fúnebres.

ABSTRACT

Based on an interview with a young Karitian leadership, the present work contrasts a fragment of an indigenous culture that almost came to extinction and ethnocentric political and late ideological macromodels. In this sense, the current President of the Republic promised that there would be “no more than an inch for demarcation”, referring

to disputes and conflicts in indigenous lands, economic exploitation of indigenous lands and the appointment to government institutions of people ideologically contrary to the constitutional principles of defense of these peoples. With the pandemic occurring, these processes began to accelerate. Indigenous peoples put them at imminent risk, especially due to the greater vulnerability of these peoples to contagions. In the state of Rondônia, the first indigenous victims of this disease were Karitian leaders, whose funeral rituals demand cultural specificities, to a certain extent unlike specific health protocols. Conflict starts, where an identity disregard policy and the lack of specific health conditions threatened to turn into an eventual ethnocide and potential genocide.

Keywords: Coronavirus, Indigenous populations, Karitianas, Socio-Environmental conflicts, Funeral Rituals.

1 INTRODUÇÃO

Um índio descerá por uma estrela colorida, brilhante
De uma estrela que virá numa velocidade estonteante
E pousará no coração do hemisfério sul
Na América, num claro instante...
("Um índio", Caetano Veloso)

A rede é também uma mortalha, que enreda o corpo e prepara seu descanso para a grande caçada simbólica. Ali, onde o grande banquete ritual é elaborado e as rezas e o sumo do caule auxiliam a abrir os caminhos, prepara-se o coletivo para o momento da devolução à natureza circunspecta dessa força que a respeitou. O milho redistribui os valores da terra, que dá e que agora recebe. E a casinha final, endereço último do corpo, é a caricatura simpática do sonho do homem, que o vento e a chuva vão tão logo também resgatar.

A pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, ou simplesmente COVID-19, trouxe à tona a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as comunidades indígenas no Brasil, e os problemas que já vinham sendo enfrentados diante de constantes perdas de direitos sobre suas terras nos últimos anos.

Desde a invasão das terras brasileiras o povo indígena sofreu e também apresentou resistência diante dos processos de colonização. Foram séculos de luta até obterem o reconhecimento e autodeterminação do seu modo de vida, cultura, produção e reprodução. Com a promulgação da constituição de 1988 superou-se o modelo integracionista previsto no Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973), passando-se a compreender a importância da proteção e respeito aos costumes e culturas indígenas.

Nesse sentido, não cabe mais falar em “atrasos” civilizatórios, mas, outrossim, da concorrência de povos e de culturas num contexto constitucional complexo e plural:

Os povos indígenas, desse ponto de vista, eram apenas membros de uma cultura que se perdera nos meandros do tempo, congelada no passado por alguma contingência, e que deviam ser conduzidos ao caminho do desenvolvimento pelas sociedades mais avançadas (SOUZA, 2015, p. 10)

A constituição traz um olhar exclusivo ao indígena, mas o que por si foi e é insuficiente dentro de uma sociedade colonizadora, estruturalmente etnofóbica e sob a égide de um modelo oligárquico que opera junto ao sistema capitalista e desfralda a ideologia desenvolvimentista.

Apesar dos avanços legais em direção ao reconhecimento de sua diferença cultural, os conflitos entre indígenas e ocupantes de terras têm-se ampliado nos últimos anos e sido marcados por episódios de extrema violência. Este cenário tem se agravado diante da morosidade na demarcação das terras indígenas, aliado à crescente judicialização e, em muitos casos, à anulação de atos administrativos de demarcação por parte do Poder Judiciário e, por fim, com as propostas de alteração constitucional em curso no Congresso Nacional as quais, se implementadas, implicarão na supressão das garantias conquistadas pelos povos indígenas em 1988.

Vale referir que, nos últimos anos, especialmente após as eleições de 2014, que colocou uma grande bancada ruralista no Congresso Nacional e, em 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, a população indígena tem sofrido ataques e perdas de direitos que haviam sido conquistados com muita luta e resistência. Sob uma promessa de campanha racista, que afirmava que não haveria nenhum centímetro a mais de terra para os índios, e com aliados na intitulada bancada ruralista, o governo federal foi eleito e o projeto de política anti-indígena foi implementado.

E é neste cenário, justamente, que demanda pela resistência destes povos, quando o mundo atravessa uma pandemia, que essa situação de liminaridade cívica torna-se ainda mais grave, pois exige o distanciamento social para frear a contaminação e controlar a doença.

Com o avanço da doença e principalmente com a sua interiorização criou-se uma preocupação extra, sobre como este vírus atingiria as comunidades indígenas. Pudemos observar, durante a pandemia de COVID-19, que o vírus teve um índice de mortalidade mais alto entre as pessoas acima de 60 anos, o que provocou mais um alerta às sociedades indígenas, dada a grande relevância de seus idosos para toda comunidade. São estes

justamente os principais representantes das aldeias e verdadeiros guardiões de seus saberes. Os responsáveis por sua memória através da transmissão dos conhecimentos que foram perpassados por seus ancestrais para as próximas gerações, como forma de garantir a continuidade e sobrevivência de suas etnias.

Considerando que a maioria das etnias indígenas possuía tradição da transmissão do saber oral, acumulado e guardado por essas figuras mais velhas que são como receptáculos dos ecos do mundo, observa-se que, por consequência, possuem rituais fúnebres e períodos de luto muito distintos daquelas da sociedade média urbana. Cada morte representa a passagem de saberes milenares, a interagir nas forças elementares da natureza circundante.

Em Rondônia, os indígenas da etnia karitiana perderam o seu líder Gumercindo Karitiana, de 66 anos, e a sua mãe, a anciã Enedina Karitiana, de 86 anos. Para além do sentimento de perda de pessoas muito queridas pelo povo karitiana, suas mortes foram muito sentidas, especialmente em razão das dificuldades enfrentadas para conseguir enterrar os seus parentes em sua terra.

De acordo com as recomendações do Ministério da Saúde não seria permitido o retorno dos corpos à aldeia, e isto ocasionou um conflito entre os karitianas, os quais tiveram de acionar o Ministério Público Federal (MPF) para encontrar soluções para realizar os seus rituais com o seu parente morto e assim não ferir a história e a memória do seu povo.

2 ENFRENTAMENTO AO CORONA EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

O primeiro caso confirmado de contaminação por Covid-19 entre indígenas brasileiros foi de uma jovem de 20 anos do povo kokama, no dia 25 de março de 2020, no município amazonense de Santo Antônio do Içá (Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, 2020).

O contágio foi feito por um médico vindo de São Paulo a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que estava infectado.

O Amazonas foi o primeiro estado federativo a ter a confirmação de indígenas contaminados. Importar ressaltar o fato da SESAI ter sido um dos principais vetores de expansão da doença dentro dos territórios indígenas, alcançando a região com maior número de povos isolados do mundo: o Vale do Javari.

Além disso, os dados apresentados pela SESAI são questionados pelas lideranças indígenas, especialmente pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que

decidiu contabilizar os casos de contágio e morte independentemente da secretaria. A diferença entre as duas contagens ocorre em razão da SESAI não registrar e não prestar atendimento aos indígenas que vivem em territórios tradicionais e em áreas urbanas e rurais.

Casa karitiana na aldeia Kyōwã.



Fonte: Felipe Ferreira Vander Velden, 2003. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karitiana>

Até 09 de outubro de 2020 a SESAI havia contabilizado 456 óbitos por corona vírus em indígenas. No entanto, de acordo com balanço da APIB, em 02 de outubro o número real de indígenas que faleceram em decorrência da Covid-19 foi de 828, além dos 33.412 foram infectados, tendo atingindo diretamente 158 povos.

O Censo IBGE 2010 revelou que das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil, ou 63,8%, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,7%, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Além disso, do total de indígenas brasileiros 36,2% residem em área urbana.

Neste sentido, a decisão da SESAI de contabilizar o contágio e mortes por Covid-19 somente de indígenas aldeados invisibiliza as mortes e contaminação de mais de 324 mil indígenas que se encontram em perímetro urbano.

Após a interiorização do vírus, e consequente contaminação de populações indígenas, surgiram inúmeros problemas para implementação de medidas e políticas públicas de ajuda e apoio a essas comunidades.

Faltam profissionais de saúde em locais mais distantes, onde ficam as terras indígenas, uma situação que havia sido controlada com o programa mais médicos, com a contratação de médicos, brasileiros e cubanos, para atender a essas populações em vulnerabilidade que viviam em locais de difícil acesso, mas o programa foi encerrado logo no início do mandato do Presidente Bolsonaro.

Em abril de 2020, quando a pandemia já havia chegado nos povos indígenas, a FUNAI publicou a Instrução Normativa nº9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

A instrução normativa foi severamente criticada, pois permite a regularização de terras por grileiros, posseiros e invasores em áreas de terras indígenas, trazendo a intensificação de conflitos fundiários e legitimando a ação dos inimigos dos povos que vivem na floresta.

Diante disto, lideranças políticas indígenas e indigenistas mobilizaram-se junto ao poder judiciário e ao Congresso Nacional para tentar diminuir os impactos dos projetos de governo (por ações e negligência) nos ataques as comunidades indígenas. Foi apresentado o projeto de Lei nº 1.142, de 2020, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, criando um Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas, o qual foi aprovado no Congresso Nacional e no Senado Federal, mas sancionado com 16 vetos. Dentre estes, foram vetadas as partes que previam o acesso das aldeias à água potável, materiais de higiene, leitos hospitalares e respiradores mecânicos. (Governo Federal, 2020)

Além disso, a APIB propôs a ADP 709, que tem como objeto as falhas e omissões do Poder Público no combate à pandemia da COVID-19 entre os Povos Indígenas, com alto risco de contágio e mesmo de extermínio de etnias, a qual foi recepcionada em parte e garantiu a articulação e participação dos indígenas nos processos relativos ao enfrentamento ao COVID-19 entre os seus povos.

Neste momento de pandemia, todo o mínimo existencial que vem sendo alcançado para as populações indígena o tem sido através de luta e resistência, e apesar de todas as ações anti-indígenas do Governo Federal.

3 OS KARITIANAS, UM POVO DE LUTA

O povo indígena karitiana encontra-se dividido em seis aldeias, sendo cinco destas no perímetro da cidade de Porto Velho, e uma no Município de Candeias do Jamarí. A primeira referência a esse grupo data de 1909, pelo capitão Manoel Teophilo da Costa Pinheiro, um dos membros da Comissão Rondon; em 1910 o próprio Marechal Rondon menciona os Karitiana, então nas imediações do médio rio Jaci-Paraná: estes são os dados anotados por Curt Nimuendajú no seu Mapa Etno-histórico.

Entrevistamos, em 22 de setembro de 2020, em Porto Velho, Cledson Karitiana, presidente da Associação do Povo Indígena Karitiana Akot Pytim Adnipa, o qual, com 26 anos, tornou-se uma liderança para o seu povo. Apesar de sua pouca idade, demonstra ter chegado a esta posição por ser parte importante na luta de seu povo. Seu pai era professor, começou a estudar na aldeia, mas na sua época só tinham até a 4ª série (5º ano) do ensino fundamental, e a fez duas vezes para não parar de estudar, por isto veio morar na cidade de Porto Velho, onde continuou seus estudos até o ensino médio e mudou-se para o interior para cursar engenharia de pesca na Universidade Federal de Rondônia, campus de Presidente Médici.

Cledson Karitiana afirma que dentro da Universidade, enquanto acadêmico, conseguiu olhar criticamente para as suas lideranças, pois visualizava que elas estavam se afastando e não buscando o interesse da comunidade, e diante disto resolveu que iria candidatar-se à presidência da Associação. Foi necessário recorrer à advogados para dialogar com as lideranças, e após muita resistência dos que estavam nos cargos e eram mais velhos conseguiu se eleger com apoio da comunidade karitiana.

O território karitiana em Rondônia



Fonte: Associação do Povo Karitiana (APK). Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/06/coronavirus-memoria-acesa-nas-perdas-de-mae-e-filho-karitiana-em-rondonia/>

Cledson afirma que hoje os karitianas são mais de 400 (quatrocentos), mas que houve época eles quase foram extintos. De acordo com suas narrativas, os karitianas experimentaram um brutal declínio demográfico após o contato com os brancos. Nesse sentido, Darcy Ribeiro considerou-os extintos em 1957, tendo dados que contabilizam somente 64 Karitianas em 1970.

Hoje a maior luta dos karitianas é relativa às consequências das barragens hidrelétricas que transformaram o Rio Sapoti o qual é de extrema importância para agricultura, caça e pesca desta sociedade. De acordo com o entrevistado, após a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, o rio Sapoti, que passava ao lado da sua casa, praticamente secou e, nas épocas de estiagem, o rio desaparece, o que provoca além da escassez do peixe, a impossibilidade da agricultura, obrigando este povo a ir cada vez mais distante para buscar alimentos para a aldeia.

A aldeia Caracol enfrenta a maior dificuldade, o rio não passa mais no local, e o poço amazônico construído na aldeia, em determinadas épocas, fica completamente seco, e para solucionar isto eles lutam para que a SESAI construa um poço artesiano, mais profundo que o amazônico, para trazer novamente a soberania da água para este povo.

Nós temos poço amazônico na aldeia Caracol, Juari e Rio Candeias, e no tempo de verão esses poços amazônicos secam, e hoje então é necessário o poço artesiano. Na nossa aldeia central nós temos até um pouco de água, mas não era como aquele rio que a gente costumava ter, só no tempo de inverno que tudo volta (Cledson Karitiana).

Diante dessas diversas violências sofridas em razão do empreendimento hidrelétrico que os atingiu, a Associação dos povos karitianas propôs a ação de nº1001655-48.2017.401.4100, na Justiça Federal, para que as atrocidades que os acometeram fossem reparadas na única forma possível, financeiramente.

Cledson afirma que os projetos de melhorias e de reparação dos danos causados iriam começar no ano de 2020, mas que, em razão da pandemia, tudo teve que ser postergado, estando assim a comunidade em vulnerabilidade. Todavia, essa luta já tem quase uma década e até hoje nada foi pago.

Em 2018 quando nós assumimos a presidência, o nosso foco foi isso, que a [usina hidrelétrica] Santo Antônio e a FUNAI executem essa compensação. Aí a gente tentou já com o MPF, e estava tudo paralisado. Se tivesse uma liderança buscando, tudo já teria acontecido, não foi fácil. A gente buscou dialogo com MPF, mandaram antropólogo, tudo, a gente tinha que entrar em todas aldeias pra entrar com essa ação. Ai a desculpa era a FUNAI, não quer assinar, não estava autorizando. Aí chegava em Santo Antônio, eles não autorizavam também. Aí conversamos entre nós, aí fomos ao MPF e quem ficou à frente

primeiro foi o Dr. Daniel Lobo, e depois a Dra. Gisele, e essa Dra. é muito atuante e ela ajudou muito nosso povo, e ela ajuizou. Fizemos ano passado a audiência na aldeia, e estava tudo certo pra este ano. Nós íamos receber, eram 3 etapas, e a primeira nem começou, então nós temos muito recurso pra receber ainda, não só os karitianas, mas também os karipunas e os kaiçaras, que foram os mais atingidos. Era pra ser executado em maio, mas aí veio essa pandemia e estragou tudo. Ai agora vamos ver ano que vem. Esse ano praticamente acabou já.

A água é uma grande preocupação para a liderança karitiana, para quem sem comida até se vive, “mas sem água”? Vale dizer, a maior luta enfrentada pelos karitiana no momento é garantir o abastecimento de água em suas aldeias e, em consequência, a soberania de seu povo.

4 OS KARITIANAS E O CORONAVÍRUS

Tão logo chegou o vírus do COVID-19 nas aldeias dos karitianas estes perderam dois parentes, o seu líder Gumercindo Karitiana, de 66 anos, e a mãe deste, Enedina Karitiana, de 86 anos.

Cledson Karitiana afirma que, ao saberem do vírus, as aldeias foram avisadas sobre a necessidade do distanciamento social, tendo sido determinado que os indígenas deveriam permanecer isolados nas aldeias, sem irem para a cidade, em razão dos riscos de contaminação.

O território karitiana em Rondônia Gumercindo Karitiana e Enedina da Silva Karitiana



Fonte: Associação do Povo Karitiana (APK). Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/06/coronavirus-memoria-acesa-nas-perdas-de-mae-e-filho-karitiana-em-rondonia/>

No entanto, apesar dos esforços feitos pelos líderes, eles não conseguiram impedir a chegada do vírus em suas aldeias, e para a liderança a contaminação chegou em razão da busca pelo auxílio emergencial nos bancos de Porto Velho.

O governo federal começou a lançar esse auxílio emergencial, aí o pessoal começou a fazer inscrição e quando foi no banco e teve contato com pessoal contaminado, voltou e contaminou a aldeia. O primeiro caso que nós tivemos

foi na aldeia Caracol, foram 3 casos. Quando nós ficamos sabendo disso, aí foi um desespero total. Aí como quando começou esse contato, praticamente 80% da aldeia foi contaminada. Em todas as seis aldeias (Cledson Karitiana).

A Caixa Econômica Federal foi a única instituição financeira responsável, pela distribuição e organização do auxílio emergencial, sendo esta a principal medida de apoio econômico à população durante a pandemia. Em razão da crise econômica, e do aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil, centenas de pessoas passaram a aglomerarem-se diariamente nos bancos da Caixa Econômica para sacar o auxílio oferecido.

O fornecimento deste auxílio não veio acompanhado de um projeto de logística para evitar a aglomeração destas pessoas, que já se encontravam em situação de vulnerabilidade, e tiveram de ir ao banco e se expor. No caso dos indígenas, nada foi feito para evitar o deslocamento destes na busca do auxílio, então estes tiveram de ir até as cidades, onde foram aos bancos que já estavam sobrecarregados com vários grupos em situação de vulnerabilidade.

As folhas medicinais do povo karitiana



Fonte: Conselho Distrital de Saúde Indígena. Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/06/coronavirus-memoria-acesa-nas-perdas-de-mae-e-filho-karitiana-em-rondonia/>

Cledson Karitiana afirma ter recebido apoio dos órgãos de saúde indígena, mas que foi insuficiente e lembrou-se disso ao lamentar a morte da primeira vítima, Seu Gurmercindo:

Ele era ex-cacique, o pessoal falou que quando ele veio pra cá, ficou nem dez dias, acho que foi cinco dias, e ele morreu. Nossa, foi triste pra nós. A gente falou tanto pra comunidade que não era pra vir na cidade, pra permanecer na aldeia, e chegou esse vírus e, depois de dez dias, chegou mais uma notícia ruim, que era a mãe dele. Tem o Elivar, que é do conselho indígena, ele foi quem batalhou mais pra conscientizar a comunidade, por que é uma responsabilidade nossa né? Aí foi chato pra nós, mas nós avisamos, fomos nas aldeias, fomos

juntos com a saúde indígena, conversar com pessoal, conversar sobre o vírus, através do SESAI. Eles deram transporte e fizeram toda logística, com assistente social, enfermeiras, fizeram testagem, entregamos panfletos.

O sentimento de luto e culpa pela perda dos seus parentes, fez com que as lideranças mudassem em relação ao enfrentamento do vírus, optaram então por utilizar os conhecimentos de seus ancestrais sobre ervas e plantas medicinais.

O nosso ancião começou a se virar, por que falaram que não tinha cura e não tinha vacina. Aí começamos a tomar nossos remédios tradicionais, e agora o nosso povo não tem mais contaminação, nós zeramos. Hoje os karitianas até duvidam do vírus, eles nem querem usar mais máscara. Aí o pessoal fala mais assim, quando o pessoal vem na cidade eles intubam né, então eles pensam que não era pra o nosso ancião ter morrido, eles acham que se ele tivesse ficado ele teria sobrevivido (Cledson Karitiana).

Esta afirmação vem diante de uma experiência do entrevistado, que afirma ter passado o vírus para sua mãe, e que ela chegou a quase morrer, mas que não quiseram deixá-la ir para cidade no hospital.

Minha mãe quase faleceu, vou te contar a história dela. Meu pai falou que minha mãe não tava conseguindo nem mais andar, ela mora lá na aldeia, tava ruim, mas ruim mesmo, daí meu pai falou, chamou até o carro para buscar ela. Aí uma enfermeira falou assim, o nome dele é Nelson, aí ela falou bem assim: Nelson, se tu autorizar tua esposa a ir pra cidade, tu não vai ver mais tua esposa, nem teus filhos vão mais vê-la. Ela quis dizer que ela ia falecer, né? Aí meu pai falou: não, se for assim, então não vou deixar minha esposa ir, vou deixar ela falecer aqui, perto de mim. Meu pai não estava mais aguentando a dor da minha mãe, era falta de ar, dor no corpo, fraqueza total, minha mãe já é gordinha, então ela já tem esse problema, aí meu pai não aguentou mais o sofrimento, quis mandar ela pra cidade. Aí a enfermeira falou isso pra ele, e aí ele decidiu ficar lá.

A permanência na aldeia, bem como a utilização das ervas medicinais, foram, na opinião de Cledson, essenciais para a sobrevivência de sua mãe, como também de todo o resto da aldeia. Uma destas ervas é a quina-quina, a qual possui propriedades anti-inflamatórias, vinda da casca de uma árvore.

Aí, depois disso, eles começaram a tomar as ervas medicinais, uma delas é a quina-quina, tem vários remédios nossos, chás, plantas. Ixê, eles tomaram banho, então através disso nosso povo está salvo[...] Só morreram esses dois primeiros, o Gurmercindo e a dona Enedina. Nosso povo ficou praticamente tudo na rede, Nathalia. Não tinha mais ninguém sadio, todos passando mal, todos com sintomas, fraqueza, falta de ar, dor no peito, tudo. Daí eu falei: meu deus do céu, agora nós vamos morrer tudinho. Aí nosso pessoal começou a tomar os remédios caseiros, com isso a o pessoal começou a não ter mais sintomas. A gente acredita nos nossos remédios. Hoje a gente fala, se tiver alguém doente na cidade, manda pra cá que nós vamos cuidar deles, manda pra

cá que nós curamos! Aí nós vamos comprovar se funciona, se a gente curar essas pessoas aqui, a gente tem remédio. O pessoal fala isso.

Diante de um governo federal que propagava o negativismo científico, observa-se que os karitianas respondem com seu conhecimento tradicional enquanto paradigma científico concorrente, a demonstrar, na prática, a importância da autodeterminação destes povos nas escolhas de seus tratamentos de saúde, e a relevância de seus sentimentos e identificação com seus próprios conhecimentos relativos às plantas e raízes medicinais.

5 O LUTO PARA OS KARITIANAS - A BEBIDA, A CAÇA, A LUTA E O DESCANSO

O processo de luto, a representação da morte e da vida, possuem especificidades nas diversas sociedades do mundo. É uma forma de lidar com a ruptura ocorrida, com o esfacelamento de expectativas, e com todos os sentimentos gerados pela perda de alguém próximo e com isso compreender as diversas práticas funerárias aplicadas por grupos humanos por todo o mundo. E é também por isso que, por mais variadas que sejam essas práticas de tratamento dos mortos, a sua existência é também um fenômeno universal à humanidade. (Beltrão, 2015. p. 207-208)

Para os indígenas Karitianas o processo de luto não é algo simples. Após a morte de um dos seus, o ritual funerário atravessa um total de cinco dias, existindo várias fases necessárias para que o espírito possa ir embora, em paz. O enterro dos karitianas é feito numa rede, para o descanso do corpo. No local onde o corpo será enterrado é construída um tipo de casinha, e são colocados juntos ao corpo também uma planta e um arco-e-flecha e, após tudo isso, os parentes iniciam suas rezas.

Os indígenas karitiana e o grupo musical BYJJYTY OSOP AKY



Fonte: (Foto APK). Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/06/coronavirus-memoria-acesa-nas-perdas-de-mae-e-filho-karitiana-em-rondonia/>

O processo, que dura cinco dias, reúne toda a aldeia para tomar chicha, uma bebida fermentada e comum a vários povos indígenas, feita a partir da fermentação do milho, a qual é deixada ao lado do corpo. Os caçadores da aldeia saem para caçar, trazem a caça e a deixam próxima ao corpo, para que o espírito possa ser alimentado. De acordo com a crença dos karitianas, o espírito vem e come tudo aquilo para só depois poder ir embora.

A relevância deste processo do luto para os karitianas, em que participa toda a comunidade, é demonstrada pelo cuidado com o aquele parente¹ morto, bem como pela complexidade deste ritual, considerando cada uma de suas etapas e cada um de seus significados.

Para os karitianas, as mortes inesperadas de seus líderes e sábios provocaram um luto coletivo, um sintoma de perda que ultrapassa a individualidade da família, sendo um momento difícil para todos eles. Elvira Karitina, vice-presidente do Conselho de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho, exemplifica o pesar da situação:

Gumercindo era uma enciclopédia de saber, contava histórias, muito habilidoso no trabalho com as mãos, era o nosso engenheiro e arquiteto. Ele num instante levantava uma casa, nem fazia anotações no papel. Se precisava abrir uma estrada, tomava a frente e liderava os mais jovens. Nosso povo está muito sentido com sua partida, abalou muito a gente. É como se uma árvore imensa que fazia sombra para muitos, tivesse sido cortada, e de uma hora pra outra ficamos no sol quente (BRAGA, ELIZEU 2020).

Diante destas mortes, os corpos não poderiam ser enterrados em sua terra, e iriam seguir para o cemitério público da cidade, o que gerou uma grande revolta do povo Karitianas.

A regra da prefeitura era não deixar levar de jeito nenhum, aí nós ficamos pensando. Nossa comunidade não aceita! Não aceita enterrar nosso corpo aqui na cidade, tem que ser enterrado na aldeia. Aí nós tivemos que lutar, junto com pessoal grande, pra levar nossos corpos pra aldeia. O Elivar ligou pra mim e falou: Cledson, como nós vamos fazer agora? A prefeitura não vai deixar a gente levar o corpo pra aldeia. Aí eu falei: e agora? Então liguei pra Dra. Gisele [Procuradora da República – MPF], e expliquei a situação. Eu disse: a gente não vai aceitar enterrar nossos parentes aqui na cidade, temos que levar eles pra nossa terra, pra nossa aldeia. Aí a Dra. falou: é impossível, é a regra do COVID, tem medidas. Daí eu falei: Dra. nós não vamos aceitar, se não for por bem, nós vamos levar por mal (CledsonKaritiana).

¹ O entrevistado karitiana utiliza o termo “parentes” para se referir ao conjunto dos indígenas.

A situação gerou um grande mal-estar na comunidade. A simples ideia de ter um dos seus parentes enterrado longe da sua terra, em um caixão, sem qualquer tipo de cerimônia apavorava as lideranças que estavam à frente da luta.

Cledson revela ter ficado uma madrugada inteira acordado e, com auxílio da Dra. Gisele, conseguiu contatos em Brasília para tentar solucionar a questão. Foi, assim, atendendo parcialmente ao direito cultural específico, permitido aos Karitianas levar seus corpos para aldeia, mas com uma condição: os corpos seguiriam em caixões fechados, para que não houvesse risco de contaminação.

As condições foram aceitas, e os corpos foram levados para aldeia em caixões lacrados, para serem realizadas as cerimônias. Ainda assim, foi difícil para os parentes karitianas aceitar as condições dos procedimentos, tendo sido papel das lideranças acalmar os ânimos. Quando os corpos chegaram à aldeia houve grande comoção, bem como questionamentos sobre a veracidade da existência de corpos nos caixões. Cledson afirma que a aldeia foi vítima das notícias falsas propagadas nas redes sociais. Eles diziam que havia sido noticiado que os caixões estavam recheados com pedras, e que, portanto, eles deveriam abrir para verificar.

Nós levamos os corpos na aldeia, nós fizemos o procedimento, fizemos todo procedimento sem abrir... Foi muito triste pra nós, os familiares chorando, querendo ver os corpos, por que chegou a ver no jornal que não estavam sendo enterrados corpos, estavam sendo enterradas pedras. E aí eles queriam ver e abrir, queriam abrir caixão por que o corpo não tava ali. Só que eu falei: o corpo está aqui, está aqui dentro, o filho dele viu o corpo, conferiu e ele falou pra mãe: mãe, o corpo do pai tá aqui, eu vi tudo e acompanhei. Aí a família se acalmou e acreditou no filho, né (Cledson Karitiana).

Era um difícil momento, um contraponto. Na medida em que exigências sanitárias visavam finalmente tutelar a saúde daquele povo, sua cultura se via ameaçada, eis que a cosmologia da morte entre os karitianas perfazia outro compasso. Enterrar corpos “sem rosto” é afinal como enterrar pedras. Como incorporar as forças do caçador ou a sabedoria do plantio do milho e seu preparo através do lacre? Como retesar o arco ou untar o mingau e transmitir o aprendizado dos gestos se não há a visão das mãos altaneiras? Como manter consigo um mundo que se vai?

Todo procedimento nosso, nós temos ritual nosso, nós não enterramos com caixão, nós enterramos na rede, nós fazemos uma casinha pra ele, nós colocamos planta, arco-e-flecha, faz a reza. Nosso funeral é de cinco dias, entendeu? Aí tem tudo, nós fazemos chicha, no outro dia tem que matar caça, deixar a caça perto do corpo, a gente acredita que o espírito vem e o espírito come tudo aquilo lá, e depois ele vai embora. E se a gente não fizer isso, o espírito não vai embora, e aí o espírito pode não gostar e fazer mal pra família.

Por isso que fazemos tudo isso. Nós fizemos todo procedimento, não teve aglomeração, o corpo chegou e foi logo pro enterro, fizemos o ritual mesmo assim, só ficou ruim não ver ele na hora de enterrar. Nós colocamos o caixão na rede, colocamos o arco-e-flecha em cima do caixão. Aí, nos outros dias, fizemos a caça, a chicha (Cledson Karitiana).

Gurmercindo da Silva Karitiana foi o primeiro indígena a morrer com Covid-19 em Rondônia. O corpo do líder indígena foi enterrado na aldeia onde vivia, da forma como foi possível, e deixou um sentimento de muita tristeza toda a sua comunidade.

Importa ressaltar que a luta dos karitianas em Rondônia culminou na Recomendação nº 21/2020, do Ministério Público Federal, a qual traz determinações e orientações, para que todos os povos indígenas de Rondônia sejam auxiliados pela SESAI e pelo DSEI, permitindo que seus corpos sejam enterrados em suas respectivas terras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente a promessa etnocida de Jair Messias Bolsonaro, quanto à eliminação das terras indígenas e supressão dos seus direitos foi intensificada durante o período que as pessoas se encontram voltadas para os problemas relativos à pandemia. As diversas medidas anti-indígenas que foram tomadas pelo Governo Federal e por instituições que deveriam estar em defesa do índio, como a FUNAI, sofreram resistência e enfrentamento tanto através do poder judiciário como pelos órgãos independentes (Ministério Público, Defensoria) como pelos próprios indígenas, quanto através de representações parlamentares.

É necessário considerar, que houveram perdas significativas de direitos para estas comunidades, pois o conflito se deu em um momento de alta vulnerabilidade, marcado pelas exigências do distanciamento social.

Ainda assim, as políticas de enfrentamento ao COVID-19 dentro das comunidades indígenas só foram possíveis em razão da luta e determinação de suas lideranças, que se movimentaram para que seus povos resistissem e que os conflitos fossem amenizados.

Em Rondônia os karitianas, etnia de luta e resistência, que quase foi exterminada no passado, viu importantes figuras de suas aldeias, logo no início da pandemia, serem vítimas deste vírus. É perceptível a existência de um sintoma de medo de aniquilação das suas histórias, das suas vivências e de seus conhecimentos, mas, além disso, também existe uma forte noção da necessidade de luta por suas culturas, desde processos para a garantia de enterro dos corpos dos seus mortos em suas terras, às proteções com barreiras

sanitárias e tentativas de arrecadação de produtos de segurança, leitos e todo necessário para o enfrentamento da pandemia.

É possível perceber o sentimento de unidade dentro da luta do povo Karitianas e o interesse pelo bem-comum de toda etnia, quando se utiliza sempre do pronome nós para relatar qualquer questão da aldeia, bem como quando se conta que foi preciso ameaçar a ordem para que os corpos dos seus fossem levados para suas terras.

É fácil constatar esta unidade no sentimento de culpa em razão das mortes que ocorreram, como se elas fossem de responsabilidade de toda a aldeia, mesmo tendo sido outras pessoas que contaminaram por virem até a cidade, e principalmente por culpa do despreparo do Governo Federal ao não coordenar a ação de pagamento do auxílio às populações em vulnerabilidade.

Considerando que a luta é coletiva, e os frutos desta também, podemos notar que a resistência, as conquistas e as perdas dos karitianas puderam ultrapassar suas aldeias e reverberar para que fosse criada a Recomendação do MPF, permitindo que as outras etnias do Estado também pudessem enterrar os corpos dos seus, com auxílio dos órgãos indígenas competentes.

Na noite dos tempos, se garantiu o trajeto das estrelas. Mas, por cautela, estão lá também, no espaço fúnebre, o arco e a flecha.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane Felipe. VIDA & MORTE ENTRE POVOS INDÍGENAS. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./jun. 2015, p. 206-238.

BRAGA, Elizeu. Coronavírus: memória acesa nas perdas de mãe e filho Karitiana, em Rondônia. Amazônia Real. 27 de junho de 2020. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/coronavirus-memoria-acesa-nas-perdas-de-mae-e-filho-karitiana-em-rondonia>>. Acesso em: 30 ago. 2020 12:55:00.

COMITÊ NACIONAL DE VIDA E MEMÓRIA INDÍGENA. Emergência indígena. Panorama geral da Covid-19. Disponível em: <http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/> Acesso em: Acesso em: 02 de out. 2020, 17:15:00.

GOVERNO FEDERARAL. Vetos ao Projeto de Lei nº 1.142, de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2020/julho/vetos-ao-projeto-de-lei-n-1.142-de-2020>>. Acesso em: 03 de set. 2020, 11:20:00.

HERRERO, Mariana Marcela. Um olhar sobre o envelhecer numa aldeia indígena. *In*: Mais 60 estudos sobre Envelhecimento. Vol. 29. Número 97. Editora: SESC. Dez. de 2018. p. 86-97.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 10 de fev. 2020, 15:00:00

KARITIANA, Cledson Kitana. Entrevista concedida a Nathalia Maria Gonzaga de Azevedo Accioly, em 22 de setembro de 2020, Porto Velho - RO.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico especial. Doença pelo Coronavírus COVID-19. Semana Epidemiológica 34. Disponível em: <<https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/October/08/Boletimepidemiologico-COVID-34.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2020, 12:40:00

MPF. RECOMENDAÇÃO Nº 21/2020, 31 DE AGOSTO DE 2020. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/docs/Recomendao212020PRRO00029289.2020.pdf>> Acesso em: 25 de set. 2020 09:45:00.

PASCHOAL, Guto. Anciãos transmitem cultura indígena. *In*: Revista IdadeAtiva. SBPC/Labjor. Brasil, 2002.

SOUZA, Márcio. Amazônia indígena. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. 1ª Edição. p 10.

VELDEN, Felipe. Povos Indígenas em Rondônia: Karitianas. 2003. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karitiana#Hist.C3.B3rico_do_contato> Acesso em: 28 de set. 2020 às 16:40:00.